



Revista Brasileira de História de

Educação

E-ISSN: 2238-0094

rbhe.sbhe@gmail.com

Sociedade Brasileira de História da

Educação

Brasil

Lima da Silva, Alexandra

A carne do mercado: livros didáticos e o florescimento do comércio livreiro na cidade do
Rio de Janeiro

Revista Brasileira de História de Educação, vol. 14, núm. 1, enero-abril, 2014, pp. 223-
249

Sociedade Brasileira de História da Educação
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161039010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A carne do mercado: livros didáticos e o florescimento do comércio livreiro na cidade do Rio de Janeiro

Alexandra Lima da Silva*

Resumo:

Analisar a relação entre o florescimento do mercado editorial e o significativo investimento na publicação de livros didáticos, particularmente dos manuais didáticos de História do Brasil, é o objetivo deste trabalho. Através de fontes variadas, tais como livros didáticos, catálogos e almanaques de editoras, anúncios em periódicos, dentre outras, este estudo busca compreender mudanças e permanências na produção de livros didáticos de história no bojo da ampliação da cultura letrada no Rio de Janeiro, desde meados do século XIX às décadas iniciais do século XX. Procura indicar as ações de alguns dos sujeitos envolvidos nesse processo – autores, livreiros, editores, professores – no sentido de compreender os significados da vulgarização do conhecimento histórico por meio dos manuais do ensino.

Palavras-chave:

livros didáticos; mercado editorial; história da educação; conhecimento histórico.

* Bacharel, licenciada e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso

The market's meat: textbooks and the flourishing of book trade in the city of Rio de Janeiro

Alexandra Lima da Silva

Abstract:

The goal of this work is to analyze the relationship between the flourishing publishing market and the significant investment made in the publication of textbooks, particularly in Brazilian History. Through various sources, such as textbooks, publisher catalogs and almanacs, ads in periodicals, among others, this study seeks to understand changes and continuities in the production of history textbooks in the core of the expansion of literate culture in Rio de Janeiro, from the mid-nineteenth century to the early decades of the twentieth century. It aims to show the actions of some of those involved in this process – authors, booksellers, publishers, teachers – in order to understand the meanings of the popularization of historical knowledge through school textbooks.

Keywords:

textbooks; publishing market; history of education; historical knowledge.

La carne del mercado: libros didácticos y el florecimiento del comercio librero en la ciudad de Rio de Janeiro

Alexandra Lima da Silva

Resumen:

Analizar la relación entre el florecimiento del mercado editorial y la significativa inversión en la publicación de libros didácticos, particularmente de los manuales didácticos de Historia de Brasil, es el objetivo de este trabajo. A través de fuentes variadas, tales como libros didácticos, catálogos y almanaques de editoras, anuncios en periódicos, entre otras, este estudio busca comprender cambios y permanencias en la producción de libros didácticos de historia en el interior de la ampliación de la cultura letrada en Rio de Janeiro, desde mediados del siglo XIX a las décadas iniciales del siglo XX. Procura indicar las acciones de algunos de los sujetos involucrados en este proceso – autores, libreros, editores, profesores – en el sentido de comprender los significados de la vulgarización del conocimiento histórico a través de los manuales de la enseñanza.

Palabras clave:

libros didácticos; mercado editorial; historia de la educación; conocimiento histórico.

Introdução

“Romance é o osso; livro didático é a carne” (BROCA, 1975, p. 48). Com essas palavras, o editor francês radicado no Brasil Batiste Louis Garnier definiu o lugar da produção de livros didáticos no comércio livreiro no Brasil em finais do século XIX, pois para ele, a produção didática seria o ‘filé mignon’, a especialidade mais rentável do mercado editorial no período. Seguindo essas trilhas, o objetivo deste trabalho é compreender os significados do investimento na produção de livros didáticos em um país tido como analfabeto e pouco instruído. É possível falar em um ‘mercado editorial’ nesse momento e, em particular, isso se aplicava aos livros didáticos?

Fontes e objetos deste trabalho, os livros didáticos foram encontrados em locais diversos, dentre os quais destaco o Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), o Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), a Biblioteca Nacional e sebos especializados em livros raros. Muitos títulos foram localizados em catálogos de editoras, mas não foram manuseados em sua materialidade. Sabe-se que existiram pela análise de catálogos das editoras e de anúncios publicados em periódicos. Além dos livros didáticos, outras fontes foram pesquisadas, tais como memórias, anúncios, catálogos de editoras, programas de ensino, planos de reforma da instrução, periódicos, dentre outras.

O período de recorte para análise compreende meados do século XIX às décadas iniciais do século XX, no qual se defende que a produção de livros didáticos não era ‘artesanal’, como muitos afirmam, e atentar para a existência dos sujeitos envolvidos na produção didática é crucial para a compreensão das dinâmicas e transformações no negócio de livros no Brasil. Pelo visto, tal negócio interessava a muitos, e não apenas a três livreiros importantes, como muitos estudos defendem. O fato de parcela significativa de estudos concentrarem análises nos editores ‘consagrados’, dentre os quais os irmãos Laemmert, os irmãos Garnier e Francisco Alves, explica porque, muitas vezes, ignoram ‘livreiros’ tidos como ‘menores’, além de silenciarem sobre os outros sujeitos históricos envolvidos nessa atividade, fundamentais para a existência dos próprios livreiros-editores.

Esse é o caso do estudo de Laurence Hallewell, que, apesar de trazer informações importantes sobre o mercado editorial no Brasil, não dá visibilidade a muitos dos livreiros e sujeitos envolvidos na atividade de edição e comércio de livros (HALLEWELL, 1985). Mais recentemente,

diversos estudos têm se caracterizado por abordagens multidisciplinares, incorporando à perspectiva de uma história editorial a preocupação com uma ‘história da leitura’, com o objetivo de reconstituir as relações dos homens com os livros e os modos de ler de grupos sociais diversos. Uma importante referência nesse sentido é o livro *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*, organizado por Márcia Abreu e Aníbal Bragança (BRAGANÇA; ABREU, 2010). Tem-se considerado também a constituição histórica de um mercado editorial no Rio de Janeiro já no século XIX, com a intensa produção, circulação e recepção de impressos, conforme indicam estudos sobre editoras (EL FAR, 2004; DUTRA, 2005).

De um modo geral, pesquisas sobre livros se intensificaram a partir do trabalho de Lucien Febvre e Henri Jean Martin em 1958 (data da primeira edição), sendo o livro concebido por estes como um ‘fermento’, o difusor de profundas transformações nas relações humanas (FEBVRE; MARTIN, 1992). A historiografia francesa das últimas décadas ampliou os títulos sobre o mundo das letras, da leitura e dos leitores na Europa e no Ocidente, em um campo de estudo denominado História Cultural. Os estudos de Chartier propõem ‘uma mudança de perspectiva’ em relação ao livro, pois seus estudos relacionam a leitura ao universo social dos leitores, considerando as práticas de leitura e sugerindo três elementos como cruciais para a compreensão do universo da leitura: ‘o texto, o objeto e a prática’ (CHARTIER, 1988). Na historiografia brasileira, tais estudos tiveram muita ressonância, sobretudo para abordagens que se identificam com a chamada *História Cultural* e a *Nova História Cultural*. Além da perspectiva teórica de Roger Chartier, outros estudiosos se dedicaram à questão do livro. O historiador estadunidense Robert Darnton estudou o papel da leitura, da mídia e do Iluminismo, atentando para o que estaria ‘por trás’ da leitura no passado, o que as pessoas achavam sobre o ‘que’ liam, ‘como’ liam, e os ‘significados’ que tais leituras tinham nas vidas dos indivíduos (DARNTON, 1990). Já o italiano Carlo Ginzburg, ao estudar especialmente o autodidatismo do moleiro Menochio, analisou as práticas e a aprendizagem da leitura no âmbito da ‘cultura popular’ no século XVI (GINZBURG, 1987).

De uns trinta anos para cá, apesar de terem sido negligenciados, tanto pelos historiadores quanto pelos bibliógrafos, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores (CHOPPIN, 2004). No âmbito da historiografia da educação, muitos são os caminhos e as abordagens para explorar o universo dos livros, em suas muitas nuances e possibilidades. Especificamente em relação aos trabalhos sobre livros

didáticos de História, muitas são as perspectivas e correntes teóricas que se propõem a pesquisá-los, em um processo onde diariamente surgem novos trabalhos, com importantes contribuições para o debate¹. Dentre tais produções, destacam-se alguns trabalhos que se aproximam do objeto apresentado neste artigo.

Circe Bittencourt analisou a construção do saber escolar em livros didáticos de História referentes ao período da criação das primeiras escolas públicas elementares e secundárias até os anos iniciais da República. Aludindo a toda produção nacional, seu trabalho é uma importante contribuição, sobretudo por perceber o objeto em suas múltiplas dimensões, apontando para as articulações entre Estado e mercado editorial e para a complexidade dos domínios que envolvem o livro: mercadoria/ instrumento de ensino/ veiculação de ideias e valores pedagógicos (BITTENCOURT, 1993). Recentemente, a referida autora fez um balanço das trajetórias de pesquisas sobre a produção didática, evidenciando um crescimento das investigações sobre a temática, indicando os diferentes lugares institucionais em que são produzidas as pesquisas (BITTENCOURT, 2011). Em 2012, Kazumi Munakata também empreendeu um balanço das pesquisas sobre livros didáticos, destacando o grande crescimento de tais estudos nas últimas décadas (MUNAKATA, 2012). O trabalho de Arlete Gasparello acompanhou a configuração da disciplina escolar no ensino institucional secundário brasileiro, tendo como foco de análise o Colégio Pedro II e os programas de ensino da história nacional (GASPARELLO, 2002). Por sua vez, Giselle Baptista Teixeira analisou os livros de leitura para a escola primária no Império, concebendo o livro como um veículo de circulação de saberes determinados, mas também como forma de controle e dominação da população. A autora indica que muitos livros didáticos de história eram utilizados como livros de leitura nas escolas imperiais (TEIXEIRA, 2008). Na dissertação de mestrado intitulada *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil – Rio de Janeiro (1870-1924)*, analisou-se a expansão do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, a partir da publicação de obras de cunho didático voltadas para a vulgarização do conhecimento histórico (SILVA, 2008). Por outro lado, há análises específicas sobre autores de livros didáticos de história, como os estudos sobre Rocha Pombo (LUCCHESI, 2004; SILVA, 2012), João Ribeiro (HANSEN, 2000; MELO, 1997), Joaquim Manuel de Macedo

¹ Dentre tais vertentes, destaca-se a corrente que se propõe a uma história das disciplinas escolares, tendo como marcos teóricos importantes: Chervel (1990) e também Julia (2002).

(MATTOS, 1993), Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (CHAMON, 2008), Joaquim Maria de Lacerda (FREITAS, 2007), dentre outros tantos.

Feito o mapeamento de alguns trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre os livros didáticos, propõe-se, por ora, analisar alguns aspectos referentes à produção de livros didáticos, pois, afinal, como eram elaborados? De quem era a iniciativa? Havia incentivos públicos para escrita de livros didáticos? Quais? Para quem? Quais as estratégias dos editores de livros didáticos? Existe relação entre o florescimento do mercado livreiro com a produção de livros didáticos?

Essas questões são importantes para avançar nos aspectos que envolviam a criação do livro didático no referido período, de modo a pensar os interesses em torno dessa atividade, quem apoiava quem e por quais razões. Em linhas gerais, o editor seria aquele que concentrava o processo de fabricação, decidindo e escolhendo as estratégias de venda e circulação, dentre outros. Muitas são as ações e relações estabelecidas entre os editores e os diferentes agentes envolvidos na produção didática, dentre as quais temos: editor e autor; editor e tipógrafo; editor e livreiro; editor e público consumidor; editor e representantes do Estado; editor e proprietários de colégios; editor e imprensa. Portanto, não é possível compreender a elaboração de livros didáticos sem considerar a atuação desses agentes e da configuração de redes articuladas no processo. Os editores são entendidos como os elos, os articuladores na produção editorial didática no período.

Um caso bastante emblemático que auxilia na compreensão da atuação do editor na elaboração de um manual didático pode ser exemplificado no caso dos Irmãos Laemmert em relação à primeira edição do livro didático *Compêndio de História do Brasil*, de autoria do General Abreu e Lima, publicado primeiramente em dois grossos volumes, com fotografias e gravuras de vultos históricos, notas de rodapé e documentos. Todavia, a versão indicada pelos programas de ensino foi a segunda edição do livro, compactada em um volume apenas, mais ‘enxuta’. Esse compêndio destinava-se aos alunos da escola secundária, sendo bastante utilizado no Colégio Pedro II. O aspecto que chama atenção nessa ‘alteração’ é a intervenção dos editores no processo de elaboração do ‘livro didático’, que deveria ser adequado à fácil leitura, devendo ser um manual no sentido literal da palavra, leve e acessível, pois, nas palavras dos próprios editores, “[...] reduzindo o formato pela supressão de documentos e notas [...], foi-nos possível realizar uma extraordinária diminuição de preço, que sobremodo aproveita aos pais de família e aos colégios” (ABREU E LIMA, 1852, p. 4).

A edição modificada agradava aos editores porque se adequava mais aos fins de um livro didático, que deveria ser “[...] acessível ao público em geral [...]” e, principalmente, “[...] à mocidade estudiosa, tratamos de organizar, sob o ponto de vista didático [...], sem omitir fato algum importante” (ABREU E LIMA, 1852, p. 4). Tais modificações seriam importantes para atingir o objetivo esperado de um livro didático de História que seria “[...] vulgarizar o conhecimento das coisas pátrias” (ABREU E LIMA, 1852, p. 4). Dessa maneira, por meio das falas dos editores, é possível vislumbrar como os interesses em relação ao consumo, à produção e às vendas dos livros interferiam nas maneiras como o livro se apresentava ao público leitor/consumidor.

Nesse sentido, em meados do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro apresentava uma série de especificidades em relação ao restante do país, com uma crescente expansão no ensino, e uma crescente e gradual queda no percentual de analfabetismo. Segundo o censo de 1870, mais da metade da população do Rio de Janeiro era considerada analfabeta. Em 1890, havia cerca de meio milhão de pessoas na cidade, o dobro em relação a 1870. Desse meio milhão, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava, em termos numéricos, cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever. Em 1924, num universo de 1.157.141 de habitantes, 61,1% das pessoas eram alfabetizadas, superando o número de ‘iletrados’ na cidade (DAMAZIO, 1996). Essas taxas eram as mais baixas do país e mostram o crescimento contínuo da população alfabetizada no Rio de Janeiro (SILVA, 2008).

A instrução na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX era composta por escolas públicas, particulares, confessionais, além das experiências de escolas mantidas por associações de classe, voltadas para um público diversificado. Observando os dados estatísticos sobre o número de escolas existentes no Distrito Federal, sabemos que, em 1892, eram 120 as escolas primárias e 5 as escolas secundárias públicas, 2 internatos para menores, a Escola Normal da Corte, além de 85 estabelecimentos privados de ensino primário e 58 de instrução primária e secundária. No ano seguinte, o número de escolas públicas elevou-se para 150 e, em 1897, já eram 154 escolas, que aumentaram para 274 em 1907 e para 295 em 1910. Especificamente para o ensino de adultos, existiam, desde 1893, cursos noturnos para os maiores de quatorze anos de ambos os sexos, criados em algumas escolas primárias, de preferência perto de fábricas. Em 1907, o ensino noturno foi reorganizado e expandido, existindo onze escolas que funcionavam à noite. A partir de 1912, os cursos noturnos passaram a atender também as mulheres e o número de

escolas aumentou para 21 (DAMAZIO, 1996). Em relação ao número de alunos matriculados, segundo o Censo de 1872, havia 10.100 indivíduos matriculados nas escolas públicas e particulares, o que representava 20% das crianças livres. Já em 1876, foram registrados 14.257 alunos matriculados. Em inícios da década de 1880, existiam 18.804 alunos regularmente matriculados nas escolas, 8.740 em escolas públicas e, 10.064, em escolas particulares (SCHUELER, 2002). O investimento na abertura de escolas elementares foi maior em relação às escolas secundárias. Se em 1869, havia 230 escolas secundárias e 3.723 escolas elementares, em 1889 temos um aumento no número de escolas elementares, 266.084, e somente 138 escolas secundárias (ALMEIDA, 1989).

A tessitura de redes de apoio e comunicação em torno do livro didático

Muitas foram as estratégias empreendidas pelas editoras, no sentido de se estabelecerem no mercado editorial. Uma delas era a associação com a rede escolar em expansão, através da indicação dos locais em que os livros utilizados nos colégios poderiam ser comprados:

Colégio de Instrução Primária de meninos internos e externos, dirigido por Antonio Maria Backer autor e proprietário de uma coleção de compêndios apropriados a mesma instrução e que se acham a venda em quase todas as lojas de papel, especialmente na Rua da Quitanda, 70, onde se vendem em porções com o abatimento de 20% (ALMANAK LAEMMERT, 1884, p. 226).

Além disso, é possível perceber alguma competitividade entre os livreiros, o que envolvia uma diversidade de estabelecimentos comerciais, cada qual com suas especificidades e estratégias de sobrevivência. As associações também foram uma tônica das casas editoriais que obtiveram maior êxito no mercado. As parcerias fortaleciam o editor, ampliavam seu círculo de relações, e alcance das publicações.

O apoio do Estado também foi bastante frutífero para os editores através de incentivos diversos, tais como premiações de obras didáticas, divulgação em exposições, compra de materiais didáticos, dentre outros aspectos. Em virtude disso, a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte foi criada em 1854 para supervisionar a instrução, responsabilizando-se pelo controle e pela autorização dos materiais impressos a serem utilizados no ensino, negociando com livreiros, professores e autores de livros didáticos gastos e custos, bem como o

número de exemplares utilizados nas escolas, envio de programas de ensino, elaboração de exames, dentre outros (SCHUELER; LIMEIRA, 2008). Desse modo, os Conselhos de InSTRUÇÃO aprovavam e indicavam os livros que deveriam ser adotados nas escolas públicas, não somente do Rio de Janeiro, como também em outros estados:

Guilhermina Azambuja. *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade da puerícia brasileira para ambos os sexos*. Professora da Cadeira Pública do sexo feminino da Freguesia da Candelária. Obra aprovada pelos Conselhos diretores da InSTRUÇÃO Primária e Secundária do Município da Corte e Províncias do Rio de Janeiro e Pernambuco; e mandado adotar pelo Governo Imperial nas escolas públicas (SEGUNDA..., 1875, p. 2).

O Estado também encomendava livros junto a editores, existindo, a partir de 1875, uma Diretoria de Impressões Autorizadas da InSTRUÇÃO PÚBLICA, responsável pelo controle do todo o material impresso que poderia circular na Corte, tais como programas de ensino, elaboração do material para os exames preparatórios, além do envio das comissões que devem assistir à realização dos exames (SEGUNDA..., 1875). Além disso, a Diretoria de Impressões Autorizadas estabelecia contratos com autores para a elaboração de livros didáticos: “Do inspetor geral interino, sujeito à aprovação o contrato selado com a professora Guilhermina de Azambuja Neves para fornecimento do livro de sua composição intitulado *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade*” (SEGUNDA..., 1875, p. 2).

Além de encomendar livros didáticos junto às editoras para envio às escolas, o inspetor geral se responsabilizava pelas encomendas de materiais de ensino, tais como cadeiras, quadros e livros didáticos: “Do Inspetor Geral. Pede autorização para mandar fazer dois livros didáticos à escrituração dos exames gerais, livros aprovados pelo conselho Diretor para uso das escolas públicas” (SEGUNDA..., 1875, p. 30). Responsabilizava-se também pelo pagamento ao editor pelas encomendas: “Do Inspetor Geral [...] para ser paga uma conta de livros fornecida por Nicolau Alves, na importância de 524\$” (SEGUNDA..., 1875, p. 30).

Outra relação imprescindível na produção de um livro didático era a estabelecida entre editor e autor. Relação esta bastante delicada, podendo ser amistosa ou não. Assim, um caso de parceria bem sucedida ao longo dos anos foi a celebrada entre Francisco Alves e João Ribeiro. A ‘estima e amizade pessoal’ entre os dois se refletia no grande número de obras

didáticas que foram produtos dessa dupla (RIBEIRO, 1917), dentre as quais: *História do Brasil. Curso Superior; Autores contemporâneos; Gramática portuguesa; Dicionário Gramatical*, apenas para citar alguns trabalhos.

Para João Ribeiro, as 150 edições de mais de 15 livros didáticos só tiveram êxito, devido aos méritos do editor Francisco Alves, pois este fazia a divulgação e a propaganda do seu trabalho. João Ribeiro, em várias ocasiões, reconhecia também a honestidade dos Srs. Alves e C., pois “[...] suas edições principalmente se impõem pelo cuidado da mais honesta e lúcida escolha. E falando-se de suas edições é preciso acentuar que eles as pagam” (BRAGANÇA, 1999, p. 470). Para esse autor, a editora Alves não “[...] vendia a educação do povo como um retalho pelo que fica mais em conta [...]”, e, sim, trazia para o comércio de livros voltados para a educação maior ‘honradez’ (BRAGANÇA, 1999, p. 470). João Ribeiro receberia, pelas edições de seus trabalhos com a Francisco Alves, por volta de 3:000\$000, um valor considerável para a época, uma vez que os salários médios variavam de 60\$000 a 150\$000 (BRAGANÇA, 1999). Entretanto, havia casos em que a relação autor/editor não era tão amistosa assim, uma vez que nem sempre um contrato firmado agradava às duas partes. A questão da ‘propriedade literária’ exigia o cumprimento de regras bem delimitadas, para que não ocorressem prejuízos e danos, seja para o autor, seja para o editor.

Outro importante fator no sucesso editorial de um autor, editor ou obra didática eram as redes de apoio nas quais se inseriam. As páginas iniciais dos livros didáticos trazem ricas informações sobre as estratégias que editores e autores desenvolviam para divulgar os livros didáticos. Por meio de inúmeras dedicatórias impressas, eles expressam suas tentativas de aproximação com políticos, imperador, dentre outros, uma vez que conquistar a simpatia e o apoio de pessoas ilustres era mais um ponto a favor do livro: “Oferecemos ao público uma nova edição do *Compêndio da História do Brasil*, do General J. I. de Abreu e Lima, dedicada a S. M. I, o Imperador” (ABREU E LIMA, 1852, p. 2). Ou ainda: “[...] ao conselheiro Ruy Barbosa, glória de Parlamento da Imprensa” (ABREU E LIMA, 1852, p. 2), dentre outros.

Se, em meados do Império, buscava-se apoio nas relações com o poder imperial, via instituições como IHGB e o Colégio Pedro II, posteriormente essa rede se amplia e se modifica. Principalmente com a criação da Academia Brasileira de Letras em 1897, além da marcante atuação da imprensa como divulgadora de livros e autores. A imprensa era um dos principais espaços de atuação dos intelectuais em finais do

Império e início da República. Assim, “[...] boa parte da produção histórica desse momento será publicada em jornais” (HANSEN, 2000, p. 43), que eram também o veículo da crítica e da análise dessa produção. Para alguns estudos, as décadas de 1870-80 distinguiam-se exatamente pelo grande número de jornais que se multiplicavam no país, com destaque para as campanhas abolicionistas e republicanas (MELLO, 2007). Além disso, muitos eram os jornais que se diziam voltados ‘para as causas do povo’ nesse período. A imprensa não deve ser entendida apenas como canal de divulgação, mas também como uma prática social que organiza e dá sentido aos acontecimentos (CRUZ, 2000, p. 166).

Uma prática bastante frequente entre os editores de livros didáticos era inserir, nas reedições dos livros, os comentários e as avaliações publicados pela imprensa sobre as edições anteriores da obra em questão. Através dessas resenhas, mais do que divulgar os livros na imprensa, exaltando o mérito do material como manual didático, ficavam claras as posições em relação à importância dos livros didáticos na educação do país. As resenhas não eram comentários espontâneos dos jornalistas, mas faziam parte de uma relação de troca e interdependência entre jornais/editores, uma vez que muitos editores anunciavam seus livros nos jornais, sendo seus clientes. Diferentemente dos anúncios, as resenhas imprimiam um ar de ‘imparcialidade’ na recomendação do livro, esboçando apenas uma ‘opinião’ de fora, por isso, confiável.

É importante observar que as propagandas em jornais, oferecendo títulos ou anunciando os locais de vendas de livros, pagos pelas livrarias e editoras, também eram significativas nas páginas de jornais, revistas e almanaque e sinalizavam um bom financiamento para a própria imprensa. Talvez isso explique tantas opiniões favoráveis aos livros aparentemente publicadas por iniciativa do próprio periódico ou de seus jornalistas, sem vínculos com outros interesses monetários.

Alguns livros, inclusive, se destacaram pelo grande espaço dado a esse tipo de apreciação. Esse foi o caso do livro editado por A. J. Castilho, *Quadros de História Pátria. Para uso das escolas*, tendo como autores Max Fleiuss e Basílio de Magalhães, ambos colaboradores em diversos periódicos cariocas, além de serem membros do IHGB e da Biblioteca Nacional.

O referido impresso teve várias resenhas publicadas em jornais da época reproduzidas nas edições posteriores. Essas opiniões, reunidas pelos editores, ‘abrem’ o livro. Das 121 páginas, as 10 primeiras reproduzem as ‘opiniões’ publicadas na imprensa a respeito do livro, funcionando como ‘publicidade’ da obra e dos gabaritados autores e editores:

Mais um livro editado pela livraria Castilho, a Rua São José, nesta capital: *Quadros de História Pátria*. Estes quadros, como escreveram numa ‘explicação necessária’ seus autores, Srs. Basílio Magalhães e Max Fleiuss, ambos do IHGB, foram traçados há algum tempo com o intuito de servirem a juventude que frequenta as escolas públicas e particulares da nossa terra, e deveram muito em sua elaboração inicial ao saudoso Dr. Vieira Fazenda, principalmente em tudo quanto diz respeito às tradições da cidade do Rio de Janeiro [...] (A NOITE, 1918, p. 15, grifo dos autores).

O destaque e apoio dado aos autores e ao livro didático também são notórios, seja por evidenciar a atuação dos autores nesse circuito, seja por demonstrar o investimento da editora nesse tipo de propaganda. Assim, mais do que divulgar os méritos do livro, ou apresentar suas principais falhas, as resenhas destacavam a capacidade dos autores, enaltecedo suas excelentes qualidades de pesquisadores da História do Brasil e emprestam o nome do jornal à divulgação do livro. Pelas ‘opiniões’ emitidas nos jornais, o pertencimento à Academia de Altos Estudos os dignificaria a escrever algo tão necessário à formação das gerações do país.

Assim como A. J. Castilho, outros editores fizeram o mesmo. Esse foi o caso de Jacintho Ribeiro dos Santos em relação ao livro *Compêndio de História do Brasil*, de Mário da Veiga Cabral na edição de 1929. São doze páginas, contendo a “[...] opinião da imprensa carioca sobre a primeira edição [...]” (CABRAL, 1929, p. 5), emitida pelos principais críticos dos jornais da cidade, como João Ribeiro, Rocha Pombo, Xavier Pinheiro também eles professores e autores de livros didáticos, além de jornalistas nos principais jornais: *O Imparcial, Gazeta de Notícias, A Notícia, A Folha, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio*, dentre outros. As críticas a esse livro, em geral, enalteciam ‘os bons serviços prestados’ ao ensino do país pelos livros do referido autor, preenchendo muitas ‘lacunas’ e ‘falhas’ no ensino de uma disciplina ‘tão importante’.

Entretanto, convém ponderar que tais recomendações não eram feitas para todos os livros editados nem sobre todos os autores de obras didáticas. A imprensa foi um dos meios de divulgação, conferindo amplo destaque àqueles que, de certo modo, estavam vinculados a ela, seja como jornalistas, colaboradores ou patrocinadores. Além disso, progressivamente a imprensa assume o papel de ‘fiadora’ da qualidade dos livros/autores didáticos, o que antes era creditado basicamente pelo pertencimento a instituições como Colégio Pedro II e IHGB. Os livros didáticos tiveram grande espaço nos jornais porque ‘dispunham de um mercado cada vez mais definido’, pois eram uma especialidade tida como

‘a carne’, a sustentação do mercado. A divulgação era crucial no negócio de livros, variando de anúncios pagos pelas editoras e publicados na imprensa aos folhetos e extratos divulgados nos versos dos próprios livros.

A partir de 1883, a realização de exposições pedagógicas constituiu mais um espaço de divulgação e ampliação da rede em torno da produção didática. Além disso, houve o fortalecimento de algumas casas comerciais, através das premiações de obras didáticas. As exposições nacionais surgiram no bojo das Exposições Internacionais, por volta de 1862. Objetivavam, em linhas gerais, a difusão das ideias de ciência e progresso, dentro das necessidades do capitalismo de criar ‘vitrines’ de modernidade e da ideia de civilização. A premiação em uma exposição representava um certificado de qualidade para referendar as mercadorias expostas (KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

A relação ensino/ciência se fez presente também nos espaços dados nas exposições às questões pedagógicas, como aos ‘novos’ métodos de ensino, desde carteiras e mobílias em geral, aos livros didáticos, que começavam a ser produzidos em massa pela indústria, ‘naturalizados’ e incorporados aos espaços escolares (KUHLMANN JÚNIOR, 2001). As comissões organizadoras das exposições promoviam a produção de publicações, como catálogos, revistas, livros, edições comemorativas, que circulavam por todo o país, além de representarem ‘a nação’ internacionalmente. Premiavam também as iniciativas individuais dos próprios autores, como, por exemplo, o Barão de Macaúbas, proprietário de escola e autor, que teve ao todo 400.000 volumes editados em cerca de 20 anos (ALVES, 1942).

A obtenção de prêmios nas exposições também demarcava relações de poder e prestígio entre as próprias editoras, uma vez que as maiores editoras recebiam premiações superiores em relação às editoras de menor porte, em função de aspectos como qualidade gráfica, acabamento e impressão (BITTENCOURT, 1993). Além de divulgar obras didáticas, as exposições encomendavam e pagavam por algumas como esta: “A obra que sob o título *Noções de Corografia do Brasil* se entrega à publicidade, pertence de direito à digna Comissão Superior da Exposição Nacional de 1870, que o encomendou e pagou; nela porém, deveu-se considerar muito empenho e o desempenho” (MACEDO, 1875b, p. 3).

Existiam, ainda, outros prêmios, como o Prêmio da Instrução Pública: “Obra didática premiada com o primeiro prêmio em concurso

perante a Diretoria Geral da Instrução Pública da Capital Federal e adotado para os estabelecimentos de ensino do mesmo Distrito” (POMBO, 1925, p. 1).

Livros didáticos: um produto de massas?

No período que vai de 1870 a 1924, muitas mudanças ocorreram no mercado de livros escolares, que passaram de objeto raro, caro e para poucos a ‘livros para todos os gostos e bolsos’, ‘acessíveis ao público em geral’, vendidos ‘a preços módicos’, encontrados em vários lugares, com linguagem clara e palatável aos muitos gostos e ‘sentidos’. Analisando os livros didáticos, é possível notar a ampliação de seu público alvo. Inicialmente, voltavam-se aos professores e alunos da escola secundária, com destaque aos ‘alunos do Imperial Colégio Pedro II’ e colégios militares. A partir da segunda metade do século XIX, outros públicos são considerados, como as escolas particulares, as públicas, as escolas normais e, principalmente, as classes primárias e elementares, acompanhando os investimentos no ensino primário e no ensino para adultos. Observam-se muitos autores que começaram escrevendo livros didáticos para a escola secundária, e que passaram a se dedicar também, posteriormente, à escrita de livros para as classes elementares. Nomes como João Ribeiro, Joaquim Manuel de Macedo, Rocha Pombo, Afrânia Peixoto, Sylvio Romero e Mario da Veiga Cabral foram alguns dos que escreveram manuais para as classes elementares.

Ao longo do período analisado, é possível acompanhar muitas mudanças na produção do livro didático tanto nos aspectos gráficos e técnicos, tais como formato e linguagem, o que se refletiu no barateamento da produção, na diminuição dos preços, no aumento no número de tiragens e de vendas. A presença de ilustrações nos livros didáticos também se tornou frequente, apesar das resistências de alguns editores, devido aos custos que o uso de ilustrações acarretaria. Inúmeros aspectos contribuíram para a ampliação e diversificação do público leitor de livros didáticos, muitos dos quais já foram pontuados e analisados na presente pesquisa. Nesse sentido, convém atentar para aspectos como preço e tiragens dos livros, o que nos ajuda a dimensionar as possibilidades de difusão dos mesmos.

Segundo Circe Bittencourt, os livros (romances, contos, dentre outros) publicados no Brasil possuíam tiragem média de mil exemplares. Entretanto, os livros didáticos tinham tiragens maiores e muitas reedições: “Os manuais destinados às escolas primárias, em suas primeiras edições variavam entre 2.000 a 4.000 exemplares e os de maior

receptividade conseguiram constantes reedições, às vezes anuais, que chegavam a 6.000 exemplares” (BITTENCOURT, 1993, p.108). O livro de Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de História do Brasil, para uso das escolas*, por exemplo, teve as suas duas primeiras edições pela Casa de Domingos José Gomes Brandão com cerca de seis mil exemplares cada, sem contar as edições posteriores feitas pela editora Garnier. Todavia, foram localizados, na presente pesquisa, muitos livros didáticos com até dez mil exemplares por edição, com muitas reedições durante anos e utilizados por várias gerações:

Esta segunda edição da *Pequena História do Brasil* por perguntas e respostas, o autor a publica debaixo da mais grata satisfação que lhe causou a notícia de haver a sua obrinha merecido a insigne honra de ser aprovada pelo Conselho Superior da Instrução Pública. Foi também animado a empreendê-la pelo lisonjeiro acolhimento que ela obteve junto dos Srs. Professores e Diretores de Colégios, a quem se deve o grande resultado de se ter em poucos anos esgotado a primeira edição, que foi de dez mil exemplares (LACERDA, 1880, p. 3).

Já o *Compêndio de história do Brasil* de Mário da Veiga Cabral chegava a sua 6^a edição em 1929 com uma marca de sessenta mil exemplares e uma média de dez mil exemplares por tiragem desde sua primeira edição em 1920. Ainda em relação às obras desse autor, em 1924, algumas reedições de seus livros alcançavam marcas de dez mil tiragens. Esse foi o caso do *Compêndio de Corografia do Brasil*, que alcançava com a sétima edição em 1924, o 100º milheiro. Os seus outros livros didáticos também vendiam bem: a 3^a edição do *Compêndio de história do Brasil* ilustrada com cento e vinte e oito gravuras atingia o 30º milheiro; *Nossa Pátria*, em sua 2^a edição, o 10º milheiro; e a *Pequena história do Brasil*, o 5º milheiro. Todos publicados pela livraria de Jacintho Ribeiro dos Santos, editor até 1924.

Acompanhando as reedições de livros didáticos, observa-se que os intervalos entre uma edição e outra eram pequenos e o tempo de esgotar a edição anterior levava em torno de um ano. Em termos de exemplificação, o livro *Pequena história do Brasil* teve da primeira edição, em 1923, à última, em 1951, um total de dezenove edições. Além do elevado número de tiragens dos livros didáticos, havia uma atenção especial ao tamanho e preços nesse tipo de livro. Sobretudo com a ampliação da rede escolar elementar e formal, os livros didáticos e as cartilhas para o ‘povo’ eram anunciados ‘a preços módicos’, com a preocupação de torná-los acessíveis a todos os bolsos e classes. Todavia, quem investia nos ‘livros para o povo’? Por quê? O que tornaria um livro ‘acessível a todos os bolsos’?

Por volta da década de 1870, a Livraria Popular, de Antonio Augusto da Cruz Coutinho, anunciava livros vendidos entre 1\$000 e 3\$000 (EL FAR, 2004). Já a Livraria J. G. de Azevedo anunciava os seus livros à venda na Rua Uruguaiana, ‘a preços baratíssimos’: *Pontos de aritmética* segundo o programa dos exames gerais na Instrução Pública, por R T M, 1\$000; *Aritmética elementar* para o primeiro ano, 1\$000; *Geometria elementar*, 1\$000². Em finais do século XIX, a livraria Garnier anunciava as “obras que se acham à venda na mesma livraria”, com destaque para *Episódios de história pátria*, contados à infância, do Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, 2\$000; *História do Brasil*, contada aos meninos por Estácio de Sá e Menezes, 2\$500; *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, 5\$000 (MACEDO, 1875a).

Os preços dos livros nesse período pareciam variar de editora para editora, em função do tipo de livro e do público ao qual se destinavam. De fato, os livros didáticos e populares eram mais acessíveis que outros produtos na época. Uma comparação entre os preços de alguns produtos anunciados com preços populares em finais do século XIX ajuda a compreender os valores fixados para os livros didáticos: doze retratos custavam 5\$000; um jantar barato no Largo da Carioca, 1\$000; e chapéus na Rua Uruguaiana oscilavam entre 3\$000 e 16\$000 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1880 apud EL FAR, 2004). Em relação a outros impressos, muitos dos ditos ‘livros populares’ custavam o mesmo que alguns jornais diários, como o *Jornal do Comércio*, vendido a \$300 o exemplar avulso, ou ‘ao preço de uma limonada’ (BARRETO, 1901).

Analisando o custo de vida no Rio de Janeiro em finais do século XIX, temos que um professor primário recebia em torno de 150\$000 de salário; um servente, 60\$000; um médico, por volta de 300\$000 (DAMAZIO, 1996). Com isso, comprar livros didáticos não era uma realidade incompatível com os distintos salários da época, tendo em vista que existiam livros que custavam menos que 1\$000, valor sessenta vezes menor do que o salário médio de um servente, por exemplo. Já em relação às primeiras décadas do século XX, os preços dos livros aumentaram, mas também aumentaram os valores dos salários. O extrato do catálogo da Livraria Francisco Alves trazia os preços de alguns dos livros didáticos: o livro de composição de Olavo Bilac e Manoel Bomfim custava 4\$000; o Exame de Admissão para os ginásios. Prontuário das matérias exigidas para o exame de admissão no colégio Pedro II, por João Ribeiro e Raja Gabaglia, 3\$000; Provérbios populares, por D. Alexina de

² Extrato do Catálogo da Livraria J. G. de Azevedo, Editor (PINTO, 1876).

Magalhães, 2\$000; Cantigas das crianças e do povo (edição ilustrada e com as músicas), por D. Alexina de Magalhães e Pinto, 4\$000 (LACERDA, 1919).

Já a Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos anunciava, em 1920, os seus livros escolares: A *História do Brasil* de Osório Duque-Estrada custava 5\$000; *Corografia do Brasil*, de Mario Veiga Cabral, 6\$000; *Nossa pátria*, livro de Mario da Veiga Cabral para os colégios primários, 3\$000; *Pequeno Atlas do Brasil*, 3\$000 (CABRAL, 1920). Por sua vez, os salários eram os seguintes: 333\$333 para o professor primário; 150\$000 para o servente e 600\$000 para o médico (Rio de Janeiro. Intendência Municipal e Boletins, 1884-1910).

Outro fator que contribuiu para a ampliação do público leitor de livros didáticos foram as mudanças nos aspectos gráficos e nas técnicas. Os tamanhos dos livros didáticos deveriam torná-los ‘manuais’, no sentido de uma leitura mais amena e também de fácil transporte pelo leitor. Atentos à necessidade de ler em diferentes lugares, facilitar o manuseio dos livros e diminuir os custos, os editores cuidavam de produzir livros em formatos menores, ‘in-4°’ e ‘in-8°’, encadernados ou em brochuras. O formato in-4° era equivalente a uma folha tamanho ofício dobrada duas vezes, compondo um caderno menor, de oito páginas, já o in-8° era ainda menor, compondo um caderno de 16 páginas, a partir de três dobras de uma mesma folha (EL FAR, 2006). Tais livros, em pequeno formato, baratos e de fácil leitura, circulavam pela cidade, seja pelas livrarias, ou, até mesmo, nas vendas promovidas pelos mercadores ambulantes (BARRETO, 1987).

Pelas evidências reunidas, nota-se que os preços variavam entre 2\$000 e 8\$000, sendo decisivo, no preço dos livros, o público a que se destinavam, bem como a qualidade do material utilizado, formato e recursos gráficos (papel, tamanho, número de edição, uso de imagens, gravuras, fotografias). Nota-se, também, a existência de litografias e estamparias na cidade: “Laemmert & C. Com litografia a vapor artística e comercial, fornecem todos os trabalhos litográficos com a maior brevidade e perfeição, e sendo feitos os mapas por meio de processos fotográficos, a preços muito cômodos” (ALMANAK LAEMMERT, 1889, p. 1384).

Não é de se estranhar, com isso, o crescente uso de fotografias e gravuras em livros didáticos.

Se, inicialmente, havia a necessidade de limitar o uso de ilustrações

em um livro didático, para torná-lo mais acessível e barato, nota-se que, em princípios do século XX, esse quadro muda, pois havia abundante uso de imagens, gravuras e fotografias. Isso se deve ao barateamento no processo de produção e ao uso de novas técnicas de impressão. Com isso, muitos livros que não dispunham de ilustrações nas primeiras edições passam a dispor desse recurso em edições posteriores, como apreendemos no livro *Pequena História do Brasil*, do Dr. Joaquim Maria de Lacerda, que não apresentava ilustrações na segunda edição em 1888, o que muda na edição de 1888, publicada “[...] com muitas gravuras e retratos de homens notáveis” (BLAKE, 1902, p. 193).

Nesse sentido, evidencia-se o uso maior de quadros e pinturas históricas nos livros didáticos de história e fotografias em preto e branco. Tal investimento demonstra uma preocupação em dar ‘ares’ de atualidade e qualidade a esse tipo de livro, além de facilitar a leitura e compreensão do que estava sendo transmitido, por meio da supressão de parte dos textos ou da redução do tamanho de outros.

Ademais, o acréscimo de imagens pode relacionar-se com a ambição de ampliação de leitores, pois as imagens eram mais um atrativo, além de terem um ‘caráter facilitador’ e ‘explicativo’. O uso de imagens foi mais abundante nos livros voltados à instrução das crianças e às classes primárias, porém muitos livros para as classes secundárias passaram a dispor desse recurso também.

Até meados do século XIX, a elaboração de livros didáticos era bastante relacionada a instituições como IHGB e Colégio Pedro II, na intenção de produzir manuais para o ensino da história do Brasil que substituíssem as traduções de manuais didáticos de história do Brasil feitos por autores estrangeiros e, muitas vezes, impressos em tipografias estrangeiras. Até esse momento, predominavam os livros escritos por professores do Colégio Pedro II, ligados ao IHGB, ainda voltados a público mais restrito, tais como professorado, alunos da instrução secundária, com ênfase aos próprios alunos do Colégio Pedro II e um público geral, adulto, interessado em conhecer a história pátria. Nesse sentido, temos alguns livros publicados por editoras como Laemmert e Garnier, bastante ligadas ao poder institucional. O Colégio Pedro II destacou-se no início da institucionalização do ensino de História como referência, uma vez que os programas de ensino elaborados especialmente para ele se estendiam à escola secundária brasileira em muitos aspectos, tendo em vista que esse colégio era o responsável pelos exames de admissão para as escolas superiores. Dentre as questões valorizadas por alguns autores e editores de livros didáticos, havia

constante preocupação com a ‘narrativa dos acontecimentos da história’. Para eles, a história era entendida como uma ‘narrativa’ comprometida com a ‘verdade’, com os ‘fatos’, os ‘episódios’ da história e as ‘biografias’ de personagens célebres da história. Apesar da existência de programas de ensino, delimitando os ‘pontos’ necessários em um livro didático de história, e das articulações entre editores, no sentido de atendê-los, as concepções de história e modos de apresentá-la em um livro didático variavam muito, apesar da tentativa de ‘unidade dos conteúdos’, sugerida pelos programas. Tendo em vista que os autores dos livros ocupavam lugares sociais diferentes, com visões políticas distintas, seus livros, principalmente os didáticos (pelo caráter ‘formador’ desse gênero) seriam um canal de defesa dessas ideias e posições, em que pese o pertencimento, em muitos dos casos, a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico.

Escrever livros didáticos de história não era um simples exercício de erudição para os seus autores. Fazia parte da dimensão de disputa que há nessa disciplina, uma vez que a história seria ‘um campo de litígio’. Desse modo, as perspectivas de história dos livros didáticos não são neutras ou imparciais, como muitos defendiam, uma vez que, até na dita ‘imparcialidade’, há escolhas, evidenciando e silenciando memórias. Por sua vez, um ‘bom’ livro didático, para alguns, seria aquele que se aproxima do leitor, “[...]satisfazendo a curiosidade dos meninos [...]”, adequando-se ao universo vocabular da puerícia, “[...] sob a agradável forma de conversação de um pai com seus filhos, através do que o autor inicia os leitores na História do Brasil [...]”³.

Com isso, temos a compreensão de que o livro didático não ‘nasceu’ massificado. A preocupação inicial era com um público específico, que já dominava as primeiras letras. Daí a densidade e o volume das obras. Todavia, com a expansão da rede escolar, a produção didática amplia-se, não se restringindo ao Colégio Pedro II e às editoras ‘consagradas’ que só publicavam os ‘grandes nomes’. O público se diversifica, assim como há um aumento na oferta de livros e maior número de envolvidos na produção didática. Há uma crescente ampliação no mercado livreiro, com a presença de fabricantes de papel, mercadores ambulantes de livros, tipógrafos, livreiros, encadernadores, oficinas de litografia e estampas, dentre outros.

³ Anúncio no Catálogo da Livraria Garnier para o livro *História do Brasil contada aos meninos*, de Estácio de Sá Menezes (MENEZES, 1887).

No que se refere ao ‘público alvo’, no período entre 1870 e 1924, os direcionamentos dos livros didáticos ampliam-se da escola secundária modelo para meninos para outros públicos. Assim, temos livros didáticos feitos para diferentes públicos (professores, alunos, ‘povo’) e níveis de instrução: elementar, secundária e superior (preparatórios para exames para as escolas superiores), adaptando-se os temas e questões e o tratamento dado a eles, de acordo com graus de aprofundamento diferenciados, linguagens e mesmo metodologias diferenciadas.

O livro escrito para as moças da Escola Normal demonstra que esse público necessitaria, nas concepções daquele período, de noções essenciais para a instrução das crianças, sem necessidade de um aprofundamento maior das questões, utilizando-se outros compêndios. Não era algo ‘muito elaborado’, dispensando pesquisa elaborada. O que é diferente da composição de livros para outros públicos, que necessitariam de mais atenção à pesquisa documental. Já os livros para o público infantil e ‘popular’ evidenciaram inúmeras especificidades, como formato e tamanho reduzidos, uso de imagens, linguagem mais simples. É interessante observar que os livros escritos para ‘os homens simples do povo’ eram os mesmos dedicados às crianças, indicando que os métodos e as linguagens utilizados para ambos podiam ser os mesmos ou semelhantes, apesar de esses dois públicos serem distintos em experiências e necessidades.

A preocupação em baratear cada vez mais o custo da produção objetivava diminuir os preços para o comprador, aumentando o número de tiragens, acrescentando-se imagens, direcionando a linguagem ao público. Assim como os jornais tinham grande capacidade de penetração nas “[...] camadas não letradas da população [...]” (MELO, 2007, p. 80), os livros didáticos voltavam-se, cada vez mais, à população semiletrada e pouco instruída, chegando, em alguns casos, a ter o mesmo preço de exemplares de jornais, com tiragens muito maiores que estes. A *Revista Ilustrada*, por exemplo, tinha uma tiragem de quatro mil exemplares, enquanto muitas edições de livros didáticos chegavam a dez exemplares. Desse modo, a existência de livros didáticos que chegavam a esses números em reedições ajuda a entender os 61% de pessoas alfabetizadas na cidade do Rio de Janeiro em princípios da década de 1920. Com isso, comprehende-se por que muitos viam, no comércio de livros didáticos, mais que um lucrativo negócio, envolvendo sujeitos e interesses distintos.

Se, para alguns autores, escrever livros didáticos trazia ganhos financeiros e mais segurança que outros gêneros, para os editores, investir em ‘livros populares’, ‘baratíssimos’, ‘ao alcance de todos os bolsos’,

objetivava não somente atingir diferentes públicos consumidores, mas também atingir e formar ‘novos’ leitores. Para os ‘negociantes dos livros’, apostar na ‘educação do povo’, oferecendo livros acessíveis não somente em preços, mas em locais de compra, em divulgação, em métodos de exposição, em linguagem, era investir na própria sobrevivência, uma vez que sem leitores não seria possível vender livros e continuar publicando. Entre 1870 e 1924, a partir de uma complexa e interdependente rede de comunicação social, num movimento de lutas e embates entre os diferentes sujeitos envolvidos, os editores se destacaram como os articuladores em torno da cultura letrada na cidade do Rio de Janeiro. Tais articulações não se limitaram aos ‘homens das letras’, fazendo parte dela comerciantes, tipógrafos, autores, professores, alunos, dentre outros.

A afirmação de que o livro didático transformou-se em ‘produto de massas’ ancora-se na observação de vários fatores: o crescimento no número de tiragens dos livros didáticos em relação aos outros gêneros, as reedições, o barateamento dos preços dos livros didáticos, a diversificação do público-alvo e o aumento na escolarização da população. Tal movimento foi estudado por Martyn Lyons, para o qual, o público leitor do mundo ocidental se alfabetizou massivamente no século XIX, devendo ser considerados aspectos, tais como: a ampliação da educação primária, a redução da jornada de trabalho, o que propiciou mais tempo livre para a leitura, e a oferta de livros mais acessíveis a todos os bolsos. Assim, os editores tiveram papel fundamental, pois exploravam plenamente as novas oportunidades, produzindo publicações baratas para serem entregues a um público mais amplo, no qual se incluíam mulheres, crianças e trabalhadores (LYONS, 1998).

Considerações finais

É possível aferir que, a partir de 1870, houve uma progressiva expansão no ensino (público e particular) e, principalmente, a instrução das classes elementares amplia-se significativamente, com uma vulgarização do conhecimento histórico via livros didáticos de História. Tais evidências de investimentos em livros didáticos justificam-se como parte das lutas e dos projetos de reformas na instrução ‘para o povo’. Nota-se também o florescimento do mercado editorial de livros didáticos e populares na cidade do Rio de Janeiro, intrinsecamente relacionado à inserção de outros sujeitos nas práticas da cultura letrada na cidade.

Na década de 1920, evidencia-se um aumento significativo no

número de habitantes da cidade do Rio e a consolidação do declínio no número de analfabetos, menor que a população alfabetizada na cidade. Além disso, nesse momento, havia uma produção de livros didáticos com características diferentes da segunda metade do século XIX, pois há indícios de um processo de massificação, com um aumento no número de tiragens dos livros, em torno de dez mil exemplares por edição.

No que tange ao ‘público leitor’, é importante refletir sobre a possibilidade de uma ampliação e diversificação de um modo geral, extrapolando as instituições de ensino oficiais da época, indicando, com isso, o desenvolvimento de diferentes modos e usos da leitura a partir do século XIX. Concebendo os livros didáticos para além do universo escolar, incluíam-se, assim, as possibilidades de leitura pelas camadas populares, como, por exemplo, alunos de cursos noturnos, leitores autodidatas, família, como foi analisado nas intenções de alguns autores e editores de livros didáticos, que buscavam produzir livros acessíveis à ‘gente comum’. Acompanhar o processo de massificação do livro didático e sua articulação a outras redes de comunicação social permite compreender como um objeto caro e para consumo de poucos se tornou um produto de ‘massas’, acessível a todos os bolsos e públicos.

Referências

- ABREU E LIMA, J. I. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1852.
- ALMANAK LAEMMERT. 1870-1889. *Anúncio*. Rio de Janeiro, n. 14, 1884.
- ALMANAK LAEMMERT. 1870-1889. *Anúncio*. Rio de Janeiro, n. 19, 1889.
- ALMEIDA, J. R. *História da instrução pública no Brasil. (1500-1889)*. Rio de Janeiro: INEP, 1989.
- ALVES, I. *Vida e obra do Barão de Macaúbas*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.
- A NOITE, Rio de Janeiro, ano VIII, 1 mar. 1918.
- BARRETO, P. (João do Rio). *Mercadores de livros e a leitura das ruas. A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.
- BARRETO, P. (João do Rio). Autores e editores. As edições populares. *O Dia*, 2 jul. 1901.
- BITTENCOURT, C. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 384f. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, C. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.

BLAKE, S. *Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1902.

BRAGANÇA, A. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, M. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999. p. 451-476.

BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Org.). *Impresso no Brasil*: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: UNESP, 2010.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CABRAL, M. V. *Compendio de historia do Brasil*. Para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino secundário. 1. ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920.

CABRAL, M. V. *Pequena história do Brasil*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1924.

CABRAL, M. V. *Compêndio de História do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1929.

CHAMON, C. S. *Escolas em reforma, saberes em trânsito*: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CHARTIER, R. A História cultural entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1988.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CRUZ, H. *São Paulo em papel e tinta*: periodismo e vida urbana. São Paulo: Educ/Fapesp/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial SP, 2000.

DAMAZIO, S. F. Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

- DUTRA, E. F. *Rebeldes literários da República*. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- EL FAR, A. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- EL FAR, A. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
- FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. *O aparecimento do livro*. São Paulo, UNESP, 1992.
- FREITAS, I. História do Brasil para crianças: o livro escolar nos primeiros anos da República e a iniciativa de Joaquim Maria de Lacerda. *Cadernos de História da Educação (UFU)*, v. 6, n. 6, p. 121-132, 2007.
- GASPARELLO, A. *Construtores de identidades*: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920). 2002. 238f. Tese (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil* (sua história). São Paulo: Ática, 1985.
- HANSEN, P. S. *Feições e fisionomia*: a história do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Acess, 2000.
- JULIA, D. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A.; MACEDO, E. (Org.). *Disciplinas e integração curricular*: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71.
- KUHLMANN JÚNIOR, M. *As grandes festas didáticas*: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bauru: Universidade de São Francisco, 2001.
- LACERDA, J. M. *Pequena história do Brasil*. Por perguntas e respostas para uso da infância brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1880.
- LACERDA, J. M. *Pequena Historia do Brasil*. Por perguntas e respostas para uso da infância brasileira. Novíssima edição, ilustrada com muitas gravuras, revista e aumentada até 1919. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1919.
- LUCCHESI, F. *A história como ideal*: reflexões sobre a obra de José Francisco da Rocha Pombo. 2004. 168f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LYONS, M. Los nuevos lectores del siglo XIX: mujeres, niños, obreros. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Taurus, 1998. p. 473-517.

MACEDO, J. M. *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária*. Rio de Janeiro: Garnier, 1875a.

MACEDO, J. M. *Noções de corografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1875b.

MATTOS, S. *O Brasil em lições de Joaquim Manuel de Macedo*. A história do ensino de história do Brasil através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. 1993. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

MELO, C. B. *Senhores de história: a construção do Brasil em 2 manuais didáticos de história da segunda metade do século XIX*. 1997. 160f. Tese (Doutorado em Educação)-FAE/USP, São Paulo, 1997.

MELLO, M. T. C. *A república consentida*. Cultura democrática e científica no final do império. Rio de Janeiro: FGV; UFRRJ, 2007.

MENEZES, E. S. *História do Brasil contada aos meninos*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

PINTO, A. M. *Pontos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. G. de Azevedo-Editor, 1876.

POMBO, R. *Compêndio de história da América*. Rio de Janeiro: Benjamin de Águila Editor, 1925.

RIBEIRO, J. Uma recordação pessoal. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, n. 5, 2 jul. 1917.

SCHUELER, A. F. *Forma e culturas escolares*: práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890). 2002. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SCHUELER, A. F. M.; LIMEIRA, A. Ensino particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte imperial. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 32, n. 32, p. 48-64, 2008.

SEGUNDA Diretoria de Impressões autorizadas. Instrução Pública, Arquivo Nacional, 1875.

SILVA, A. L. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil -Rio de Janeiro (1870-1924)*. 2008. 158f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SILVA, A. L. *Escritas de viagem, escritas da história*: estratégias de legitimação

de Rocha Pombo no campo intelectual. 2012. 267f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TEIXEIRA, G. B. *O grande mestre da escola*: os livros de leitura para a escola primária da capital do Império brasileiro. 2008. 237f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Endereço para correspondência
Alexandra Lima da Silva
Rua Cinquenta e Cinco, n. 540
Boa Esperança, Cuiabá
CEP 78068-720
E-mail: alexandralima1075@gmail.com

Recebido em: 9 maio 2013
Aprovado: 19 ago. 2013

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.